



***BOLETIM
ECONÔMICO
NUPE -
UNIFOR***



**Universidade
de Fortaleza**



NUPE
NÚCLEO DE PESQUISAS ECONÔMICAS

Vol. 7, N. 1, Maio/2026

BOLETIM ECONÔMICO NUPE - UNIFOR

Vol. 7, N. 1, Maio/2026

Reitoria

Reitor Randal Martins Pompeu

Vice-reitoria de Graduação

Vice-reitora Maria Clara Cavalcante Bugarim

Diretora do Centro de Ciências da Comunicação e Gestão - CCG UNIFOR

Profa. Danielle Batista Coimbra

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

Prof. Felipe Albuquerque Sobral e Silva

Coordenador Curso de Economia UNIFOR

Prof. Allisson David de Oliveira Martins

Coordenador do Núcleo de Pesquisas Econômicas -
NUPE

Prof. Nicolino Trompieri Neto

Curso de Economia UNIFOR / Professor



APRESENTAÇÃO

A Universidade de Fortaleza - Unifor, na sua missão de “contribuir para o desenvolvimento humano por meio da formação de profissionais de excelência e da produção do conhecimento”, reconhecida entre as melhores instituições de ensino superior do mundo, avança mais uma etapa, na seara de estudos econômicos, ao estruturar documento econômico fundamentado em bases científicas sólidas e robustas.

O Núcleo de Pesquisas Econômicas - Nupe, vinculado ao curso de Ciências Econômicas da Universidade de Fortaleza, tem a satisfação de apresentar à sociedade cearense mais um número do Boletim Econômico, publicação que analisa o desempenho das economias, no mundo e brasileira, e em especial do Ceará. O Boletim Econômico Nupe é elaborado pelos alunos da disciplina Técnicas em Pesquisas Econômicas, com a orientação e supervisão dos professores do Núcleo de Pesquisas Econômicas - Nupe. Nosso boletim oferece à sociedade cearense, por meio de uma linguagem simples e acessível, informações que contribuem para um maior entendimento da situação presente e das perspectivas da economia para os próximos anos, e, dessa forma, colabora para a formação de uma sociedade reflexiva e de senso crítico, capaz de promover as transformações econômicas e sociais necessárias para a tão almejada arrancada do processo de desenvolvimento econômico do nosso País.

Essa 61ª edição do Boletim Econômico inicia com o artigo de opinião assinado por Thais Castelo Branco, egressa da Universidade de Fortaleza, intitulado “**Desigualdade Econômica: Estudo da Concentração de Renda e Desigualdade Regional no Ceará (2015-2025)**”. Na sequência da presente edição, o leitor encontrará: um panorama sobre a economia internacional; o resultado das atividades econômicas do Brasil, Nordeste e Ceará, detalhado por setores de produção da economia; a performance do mercado de trabalho; e a balança de comércio exterior do Ceará, Nordeste e Brasil.

Boa Leitura!



OPINIÃO:

DESIGUALDADE ECONÔMICA: ESTUDO DA CONCENTRAÇÃO DE RENDA E DESIGUALDADE REGIONAL NO CEARÁ (2015 - 2025)

Thais Castelo Branco*

Entre os anos de 2015 a 2025, o Ceará viveu uma trajetória contraditória: Enquanto os programas de transferência de renda, Bolsa Família, Auxílio Emergencial, Pé-de-Meia e Auxílio Brasil, conseguiram trazer impactos positivos na redução da desigualdade medida pelo índice de Gini. Por outro lado, o poder de compra do trabalhador cearense sofreu perdas significativas durante o período.

Ao analisar os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), foi observado que em Fortaleza, o rendimento médio era de R\$ 2.648 em 2015, mas no período seguinte sofreu uma retração para R\$ 2.598. Apesar de não se ter dados dos anos de 2020 e 2021, sabemos que de 2017 a 2019 houve uma recuperação do rendimento médio, onde em 2017 o salário era de R\$ 2.832 e em 2019 era de R\$ 3.075. Porém esse alívio durou pouco, pois em 2022 o rendimento médio estava em R\$ 2.547.

Esses dados nos trazem uma pergunta: esse aumento e diminuição nos rendimentos médios da população é bom ou ruim? Para responder a esta pergunta eu retorno com outra pergunta: com esse salário as pessoas estão conseguindo comer, ter lazer e moradia?

Para responder isso, foram extraídos dados do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e os dados de preço médio de cesta básica em Fortaleza foram obtidos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Os dados revelaram que em 2016, ano que o salário registrou a retração, o IPCA acumulou uma alta de 8,34% na região. Referente ao custo de cesta básica, nota-se que em 2015 o valor era de R\$ 335,59, subindo para R\$ 394,19 em 2016. Talvez esse aumento tenha sido impulsionado pela constante alta de preços do grupo de alimentos e bebidas, que atingiu 12,05% no mesmo ano. Em 2017, houve uma recuperação, onde o IPCA recuou para 2,27%. Observou-se também uma deflação no grupo de alimentos e bebidas, que atingiu -3,34%, diminuindo o valor total da cesta básica para R\$367,45. No entanto, isso trouxe apenas um alívio temporário às famílias. Nos anos seguintes, o custo da cesta básica sofreu um aumento expressivo, passando para R\$433,64 em 2019 e chegando a R\$534,96 em 2020. O custo de alimentos básicos, como carne, feijão e arroz, teve forte elevação e mantém uma tendência de alta desde então.

Toda essa dinâmica ilustra, em escala local, o mecanismo descrito por Piketty (2014), que argumenta que o retorno do capital tem tendência de superar a taxa de crescimento da economia no longo prazo. Para ele, quando a desigualdade se perpetua, a riqueza herdada aumenta mais rápido do que a renda e a produção, criando um ciclo de concentração de riqueza que desafia os princípios meritocráticos das sociedades democráticas, ou seja, a redução do rendimento médio, somada ao aumento do IPCA, indica uma perda do poder de compra dos trabalhadores, pois eles estão tendo que comprometer cada vez mais de seus salários apenas com o básico.

Ao observar os dados da PNAD do Ceará como um todo, percebeu-se que durante a pandemia, a renda dos cearenses caiu de R\$ 2.337 em 2019 para R\$ 2.116 em 2021, enquanto o custo de vida seguiu em alta. A cesta básica alcançou R\$ 579,06 em 2021, enquanto o IPCA geral chegou a 10,36% e o grupo de alimentos e bebidas subiu para 9,46%. Dados de aluguéis residenciais também registraram altas: a taxa saltou de 3,39% em 2016 para 8,12% em 2021. O resultado disso foi uma perda severa no poder de compra das famílias no pós-pandemia, agravada pela inflação persistente de itens essenciais, tornando necessários maiores investimentos nos programas de redistribuição de renda.

Conforme defende Rocha (2007), as políticas redistributivas constituem um forte instrumento para superar os quadros de pobreza. A partir da higienização e consolidação dos dados orçamentários, obtidos pelo portal de transparência do governo, é possível responder se os programas sociais ajudaram a reduzir a desigualdade social no estado.

O ponto de partida da análise, compreendido entre os anos de 2015 a 2019, foi caracterizado por uma estagnação do gasto social federal em patamares insuficientes para reverter a desigualdade estrutural no estado. Os dados deste mesmo intervalo de tempo também revelam que os repasses do programa Bolsa Família se mantiveram em uma média de crescimento gradual, passando de R\$ 2,1 bilhões para cerca de R\$ 2,3 bilhões. O Índice de Gini entre os anos de 2015 e 2019 apresentou uma leve tendência

* Graduada em Ciências Econômicas pela Unifor.

de alta, partindo de 0,524 no Brasil e 0,528 no Ceará em 2015 e atingindo, em 2019, seu pico histórico de 0,544 no Brasil e 0,562 no Ceará.

Esse cenário muda em 2020, quando a injeção de mais de R\$ 14,6 bilhões via Auxílio Emergencial garantiu renda a várias famílias em estado de vulnerabilidade, esse impacto pode ser observado pelo índice de Gini cearense que recuou para 0,544. Apesar deste alívio, vimos que essa melhora não se sustentou no ano seguinte que com a redução do Auxílio Emergencial para R\$ 2,8 bilhões, fim do Bolsa Família e transição para o Auxílio Brasil, pressionou o índice de Gini a ter uma alta e atingir a marca de 0,549.

A partir de 2022, consolidou-se um novo e robusto patamar redistributivo com o retorno do Bolsa Família, que em 2024 atingiu R\$ 11,4 bilhões em investimento do governo, alinhado à criação do programa Pé-de-Meia, que tem o intuito de combater a evasão escolar. Em resposta a injeção contínua de capital o índice de Gini registrou quedas expressivas e contínuas nos anos seguintes, chegando a 0,489 em 2024. Portanto, esses dados evidenciam que essas políticas de redistribuição de renda superam o caráter de alívio em crises financeiras, consolidando-se como instrumento fundamental e consistente para redução da desigualdade no estado a curto e médio prazo.

Por fim, a análise apresentada neste texto de opinião não tem a intenção de encerrar o debate ou propor soluções definitivas, pelo contrário, ela aponta para a relação entre renda, custo de vida e assistência governamental contínua. Conclui-se com uma visão moderadamente otimista: a desigualdade no estado vem diminuindo nos últimos anos, e os programas sociais parecem contribuir de forma positiva para isso, embora a persistência da disparidade entre o salário e o custo de vida ainda vá percorrer um longo caminho pela frente. As evidências levantadas revelaram que o caminho para a redução sustentável dessas disparidades talvez não seja apenas a transferência de renda, mas também o investimento contínuo em educação, emprego e controle da inflação de itens básicos, ou seja, uma reflexão linear sobre o desenvolvimento estrutural e a valorização do mercado de trabalho.

PANORAMA INTERNACIONAL

O panorama internacional do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) para o triênio 2025-2027 evidencia um cenário de expansão moderada e heterogênea, marcado por elevada incerteza geopolítica e por condições financeiras ainda restritivas em diversas regiões. Os conflitos no Oriente Médio e o acirramento das tensões comerciais internacionais, com destaque para a política tarifária norte-americana sobre produtos farmacêuticos, aço e alumínio, permanecem como importantes fatores de instabilidade global, contribuindo para maior volatilidade nos mercados financeiros e para a cautela dos agentes econômicos. Diante desse quadro, as principais autoridades monetárias seguem avaliando os impactos desses choques sobre a trajetória inflacionária antes de aprofundarem eventuais ciclos de flexibilização.

Conforme dados do Banco Mundial, entre as economias desenvolvidas os Estados Unidos mantêm crescimento relativamente estável, com crescimento de 2,1% em 2025, e projeção de crescimento de 2,2% em 2026 e 2,1% em 2027, sustentado pela resiliência do consumo interno e pela solidez do mercado de trabalho, ainda que as incertezas comerciais representem risco crescente ao longo do período. O Reino Unido apresenta trajetória oscilante, com crescimento de 1,3% em 2025, desaceleração projetada para 0,8% em 2026 e retomada para 1,3% em 2027, refletindo os desafios típicos de economias maduras combinados aos efeitos do cenário geopolítico sobre o ritmo de afrouxamento monetário. A Zona do Euro segue em ritmo contido, com crescimento de 1,4% em 2025, e projeção de avanço de 0,8% em 2026 e para 1,3% em 2027, ainda condicionada pelos efeitos prolongados das políticas monetárias contracionistas adotadas nos anos anteriores. O Japão registra o menor crescimento entre as economias desenvolvidas analisadas, com 1,1% em 2025, e projeções de 0,7% em 2026 e 0,9% em 2027, condicionado por fatores estruturais como o envelhecimento populacional e a baixa dinâmica de produtividade.

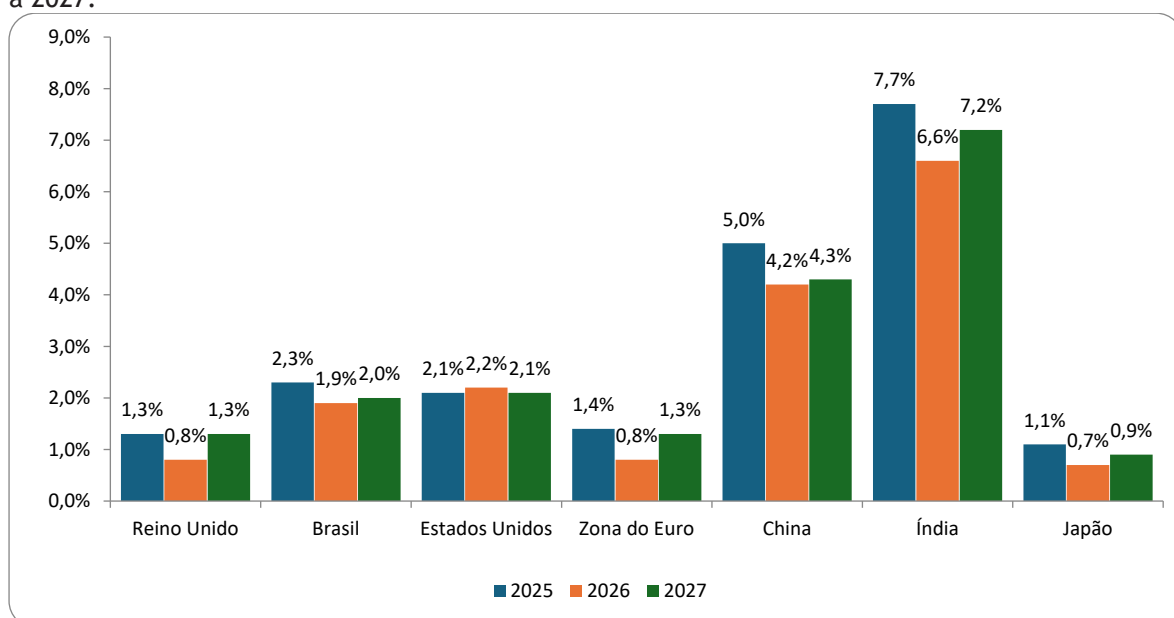
Entre as economias emergentes, observa-se maior dinamismo. A Índia consolida-se como a economia de maior crescimento do grupo, com expansão de 7,7% em 2025, e projeção de 6,6% em 2026 e 7,2% em 2027, sustentada pelo consumo interno aquecido, pelos investimentos em infraestrutura e tecnologia e pelo robusto desempenho do setor de serviços. A China mantém taxas relativamente elevadas, embora em trajetória gradual de desaceleração, passando de 5,0% em 2025 para 4,2% em 2026 e 4,3% em 2027, comportamento associado aos desafios estruturais persistentes no setor imobiliário e à transição em curso para um modelo econômico mais orientado ao consumo doméstico.

Na América Latina, o crescimento permanece mais moderado e heterogêneo. O Brasil registrou crescimento de 2,3% em 2025, com expectativa de leve desaceleração para 1,9% em 2026 e retomada

para 2,0% em 2027, refletindo os efeitos defasados da política monetária restritiva – com a Selic encerrando 2025 em 15,0% ao ano – e um ritmo ainda gradual de expansão do consumo e do investimento. A decisão do Copom, em março de 2026, de iniciar um ciclo de flexibilização monetária, com corte inicial de 25 pontos-base, sinaliza melhora gradual das condições financeiras domésticas e sustenta a perspectiva de retomada projetada para 2027, ainda que os riscos inflacionários associados ao cenário externo condicionem o ritmo desse processo.

De forma geral, o cenário internacional ao longo do triênio é de cautela. A dependência do crescimento global em relação às economias asiáticas – notadamente Índia e China, ainda que em desaceleração – torna a economia mundial sensível a alterações geopolíticas ou de demanda nesses mercados. Para as economias desenvolvidas, o desafio permanece em evitar períodos prolongados de baixo crescimento diante das incertezas inflacionárias e comerciais, enquanto para o Brasil e as demais economias latino-americanas o contexto reforça a importância de medidas que ampliem a competitividade e sustentem o crescimento no médio prazo.

Gráfico 1 - Crescimento real anual (%) do Produto Interno Bruto (PIB) - Países selecionados - 2025 a 2027.



Fonte: World Bank, Global Economic Prospects database - Atualizado em maio/2026.

A ATIVIDADE ECONÔMICA E ANÁLISE SETORIAL

O acompanhamento do Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), indicador frequentemente utilizado como aproximação do comportamento do Produto Interno Bruto (PIB), permite observar a dinâmica recente da atividade econômica no Brasil, no Nordeste e no Ceará. Entre março de 2025 e março de 2026, as três séries mantiveram crescimento acumulado positivo nos últimos 12 meses, porém em ritmo decrescente ao longo do tempo. No início do período, o Ceará liderava o desempenho regional, com crescimento acumulado de 4,93% em março de 2025, seguido pelo Brasil (4,21%) e pelo Nordeste (3,96%), o que evidenciava o maior dinamismo da economia cearense no início da série.

Ao longo de 2025, observou-se redução gradual das taxas de crescimento nas três esferas geográficas, com desaceleração mais nítida no segundo semestre. Em setembro de 2025, o crescimento acumulado recuou para 2,98% no Brasil, 3,19% no Nordeste e 2,60% no Ceará. O Ceará registrou a perda de ritmo mais intensa do período, comportamento esperado por partir do patamar mais elevado no início da série.

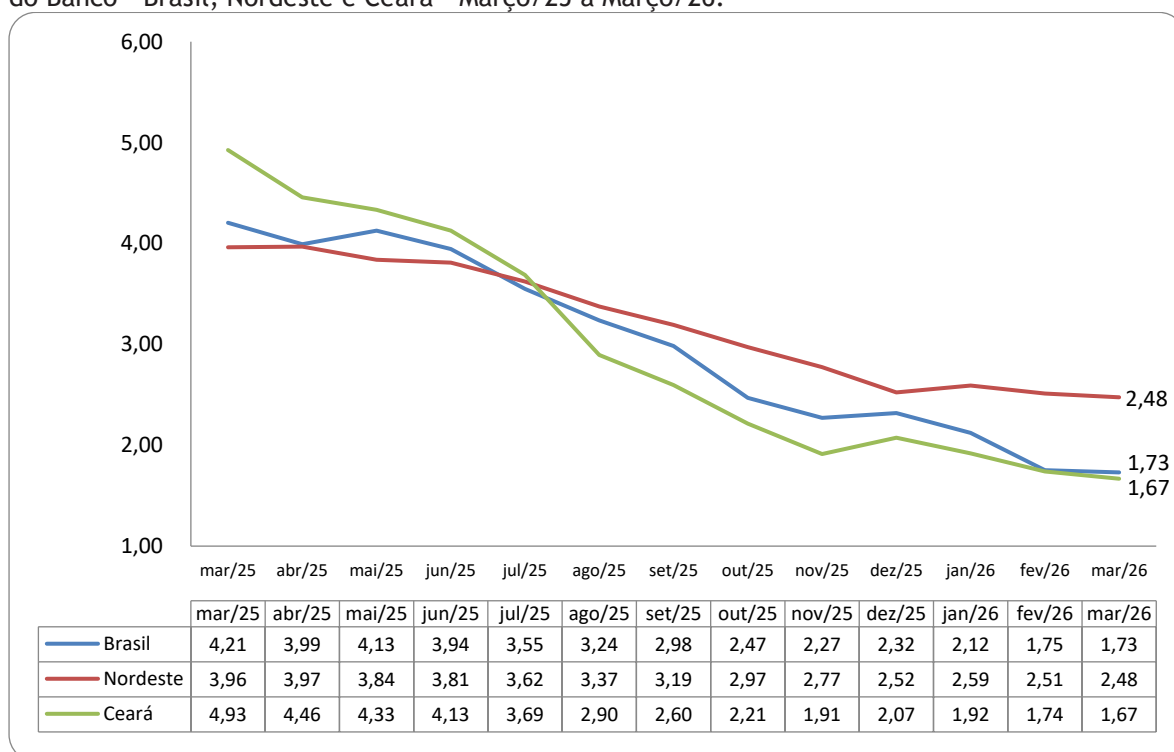
Em dezembro de 2025, o crescimento acumulado atingiu 2,32% no Brasil, 2,52% no Nordeste e 2,07% no Ceará. Em março de 2026, os resultados recuaram para 1,73% no Brasil, 2,48% no Nordeste e 1,67% no Ceará. O Nordeste destacou-se como a região de melhor desempenho relativo ao final do período,

enquanto o Ceará, que partira do maior patamar no início da série, encerrou o intervalo com o menor crescimento acumulado entre as três localidades.

Apesar da desaceleração verificada, as taxas de crescimento acumulado permaneceram positivas em todo o intervalo analisado, indicando que a atividade econômica ainda se encontra em trajetória de expansão, embora em ritmo mais moderado do que o observado no início de 2025. Essa convergência para patamares mais baixos ao final do período reflete, em parte, o efeito de base de comparação mais elevado dos anos anteriores, bem como os desafios do ambiente macroeconômico doméstico e externo observados ao longo de 2025.

Os dados mais recentes indicam que a economia brasileira e regional permanece em expansão, sem sinais claros de reversão no curto prazo, ainda que os níveis já mais baixos sugiram a continuidade de um ritmo de crescimento mais moderado à frente. Destaca-se a maior resiliência da economia nordestina, que encerrou a série com o maior crescimento acumulado entre as três localidades analisadas.

Gráfico 2 - Crescimento acumulado dos últimos 12 meses (%) do Índice de Atividade Econômica do Banco - Brasil, Nordeste e Ceará - Março/25 a Março/26.



Fonte: Banco Central do Brasil (BCB). Elaboração: NUPE/UNIFOR.

O Setor Agrícola

A análise da dinâmica recente do setor agrícola revela um cenário de expansão produtiva e de ganhos expressivos de eficiência, com disparidades notáveis entre as escalas estadual, regional e nacional. As estimativas para a safra de grãos 2025/26, com base no 8º Levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), divulgado em maio de 2026, consolidam uma trajetória de expansão da produção brasileira, sustentada majoritariamente pela ampliação da área cultivada e pelo bom desempenho de culturas específicas.

Os dados da Conab indicam produção total estimada em 358,6 milhões de toneladas para a safra 2025/26, volume 1,8% superior ao colhido na safra 2024/25. A área plantada está estimada em 83,5 milhões de hectares, expansão de 2,2% ante o ciclo anterior, equivalente à incorporação de cerca de 1,8 milhão de hectares. A produtividade média nacional, por sua vez, registrou leve recuo de 0,3%, passando de 4.310 kg/ha para 4.295 kg/ha, sinal de que a expansão da área plantada não foi acompanhada de ganhos proporcionais de eficiência produtiva no agregado nacional.

A região Nordeste apresentou desempenho bastante favorável na safra 2025/26. A área plantada avançou 2,4%, passando de 10.041,6 mil hectares para 10.277,6 mil hectares, enquanto a produtividade média cresceu 9,1%, subindo de 3.129 kg/ha para 3.415 kg/ha. Como resultado, a produção total estimada alcançou 35.098,2 mil toneladas, expansão de 11,7% frente às 31.420,6 mil toneladas colhidas na safra anterior – desempenho que posiciona o Nordeste como a segunda região de maior crescimento relativo do País, atrás apenas do Sul.

O Ceará protagoniza o resultado mais expressivo da safra 2025/26 entre as unidades da federação analisadas. A área cultivada recuou 4,1%, de 938,7 mil hectares para 900,1 mil hectares. Em contrapartida, a produtividade média registrou salto extraordinário de 160,5%, passando de 379 kg/ha para 988 kg/ha – resultado expressivamente superior à estimativa divulgada na edição anterior e que reflete a incorporação de dados mais completos e revisados pela Conab. Esse avanço de eficiência produtiva foi o principal responsável pelo crescimento de 149,8% na produção total cearense, que saltou de 356,1 mil toneladas para 889,6 mil toneladas.

O cenário evidencia que o agronegócio nacional encontra-se em fase de transição, com resultados heterogêneos que demandam estratégias regionalizadas. O crescimento sustentável depende mais de ganhos de produtividade e de investimentos tecnológicos do que da simples expansão de fronteiras agrícolas. A consolidação do desempenho cearense e nordestino ao longo das próximas safras dependerá da continuidade dos investimentos em infraestrutura hídrica, assistência técnica, acesso a insumos e crédito rural para a agricultura familiar.

Tabela 1 – Comparativo de área, produtividade e produção de grãos - produtos selecionados (*) - safras 2024/25 e 2025/26 (**) - Brasil, Nordeste e Ceará.

REGIÃO/ UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 24/25	Safra 25/26	VAR. %	Safra 24/25	Safra 25/26	VAR. %	Safra 24/25	Safra 25/26	VAR. %
Ceará	938,7	900,1	-4,1	379,0	988,0	160,5	356,1	889,6	149,8
Nordeste	10.041,6	10.277,6	2,4	3.129,0	3.415,0	9,1	31.420,6	35.098,2	11,7
Brasil	81.734,8	83.494,1	2,2	4.310,0	4.295,0	-0,3	352.266,0	358.637,3	1,8

Fonte: Conab. Elaboração: NUPE/UNIFOR.

Nota: (*) Produtos selecionados: Carço de algodão, amendoim (1ª e 2ª safras), arroz, aveia, canola, centeio, cevada, feijão (1ª, 2ª e 3ª safras), gergelim, girassol, mamona, milho (1ª, 2ª e 3ª safras), soja, sorgo, trigo e triticale;

(**) São estimativas geradas pelo Conab em junho de 2026.

O Setor da Indústria

O desempenho do setor industrial até abril de 2026 evidencia um cenário de assimetrias regionais. Na indústria geral, o Brasil registrou crescimento de 1,7% e o Nordeste avanço de 2,0%, enquanto o Ceará seguiu na contramão, com retração de 4,4%. Na indústria de transformação – segmento mais relevante em termos de geração de valor agregado –, o quadro é mais contido: alta de 0,3% no Brasil e de 1,4% no Nordeste, ante queda de 4,4% no Ceará, sinalizando que o estado enfrentou gargalos específicos que desaceleraram fortemente sua atividade fabril no primeiro quadrimestre do ano.

O desempenho positivo dos agregados nacional e nordestino apoiou-se, em grande medida, nas indústrias extrativas, que cresceram 9,3% no Brasil e expressivos 20,0% no Nordeste, evidenciando a concentração do dinamismo em atividades ligadas a recursos naturais. Entre os segmentos da transformação, destacou-se a fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis, com avanço generalizado de 5,0% no Brasil, 11,9% no Nordeste e 11,7% no Ceará.

A heterogeneidade setorial fica evidente em atividades como a de produtos alimentícios: enquanto avançou 2,7% no Brasil e 4,0% no Nordeste, recuou 4,6% no Ceará, exercendo peso negativo relevante dada a importância histórica do segmento na economia local. No âmbito nacional, segmentos como bebidas (+2,2%) e produtos farmoquímicos e farmacêuticos (+11,1%) sustentaram resultados positivos, ao passo que produtos têxteis (-2,5%), confecção de artigos do vestuário (-6,4%) e máquinas e equipamentos (-8,7%) registraram quedas relevantes.

No Ceará, o quadro é ainda mais acentuado. Os segmentos de produtos químicos e de máquinas,

aparelhos e materiais elétricos recuaram 18,4% e 21,3%, respectivamente, acompanhados por perdas relevantes na metalurgia (-11,8%) e nos produtos têxteis (-8,1%). A principal reação de contratendência ocorreu em produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos, que avançou 23,3% no estado – desempenho que superou de longe o 1,0% do Nordeste e o recuo de 4,1% do Brasil –, configurando, contudo, um nicho de resiliência isolado, insuficiente para reverter o quadro de retração da indústria cearense.

Tabela 2 - Variação (%) do volume de produção da indústria geral e das atividades industriais-Brasil, Nordeste e Ceará - Acumulado no ano até abril de 2026 ⁽¹⁾.

Atividades de Indústria	Brasil	Nordeste	Ceará
Indústrias de transformação	0,3	1,4	-4,4
Produtos alimentícios	2,7	4,0	-4,6
Bebidas	2,2	3,6	-3,5
Produtos do fumo	-1,9	-	-
Produtos têxteis	-2,5	-13,1	-8,1
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	-6,4	-5,8	-6,9
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	-6,2	-8,2	-5,5
Produtos de madeira	-4,0	-	-
Celulose, papel e produtos de papel	-2,5	-6,1	-
Impressão e reprodução de gravações	-7,4	-	-
Coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	5,0	11,9	11,7
Outros produtos químicos	-3,0	-3,5	-18,4
Produtos farmoquímicos e farmacêuticos	11,1	-	-
Produtos de borracha e de material plástico	1,4	2,3	-
Produtos de minerais não-metálicos	-0,8	1,7	4,7
Metalurgia	-1,2	-1,5	-11,8
Produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	-4,1	1,0	23,3
Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	-1,8	-	-
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	-1,8	-33,8	-21,3
Máquinas e equipamentos	-8,7	-	-
Veículos automotores, reboques e carrocerias	2,0	-3,2	-
Outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	-1,4	-	-
Móveis	-1,5	-	-
Produtos diversos	0,6	-	-
Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	2,2	-	-
Indústrias extrativas	9,3	20,0	-
Indústria geral	1,7	2,0	-4,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Indústria. Elaboração: NUPE/UNIFOR.

Nota (1): Variação acumulada de janeiro/2026 a abril/2026 (Base: igual período do ano anterior).

Esses resultados podem estar associados ao nível ainda elevado das taxas de juros, que tende a reduzir o consumo e os investimentos industriais, sobretudo nos setores mais dependentes de crédito, além de custos de produção elevados e limitações estruturais. No caso do Ceará, a concentração da atividade em poucos segmentos amplia a vulnerabilidade, fazendo com que quedas mais fortes em

determinadas atividades impactem de forma mais significativa o resultado geral. De modo geral, o desempenho favorável das indústrias extrativas não tem sido suficiente para compensar a fragilidade da transformação, o que reforça a necessidade de maior diversificação produtiva e de fortalecimento dos setores industriais mais complexos.

O Setor de Serviços

O setor de serviços no Brasil registrou crescimento de 2,2% no acumulado até abril de 2026. O avanço foi sustentado, sobretudo, pelos serviços de informação e comunicação, que se expandiram 6,4%, com destaque para os serviços de tecnologia da informação (+9,9%) e para os serviços audiovisuais, de edição e agências de notícias (+10,0%). Os serviços prestados às famílias cresceram 1,9%, ainda que com perda de ritmo no segmento de alojamento (-1,9%), parcialmente compensada pela resiliência da alimentação (+2,9%).

Tabela 3 – Variação (%) do volume de serviços, atividades e subatividades - Brasil e Estados selecionados - Acumulado no ano até abril de 2026⁽¹⁾.

Atividades e Subatividades *	Brasil	Ceará	Pernambuco	Bahia
Serviços prestados às famílias	1,9	-3,3	-4,0	-3,0
Serviços de alojamento e alimentação	1,8			
Alojamento	-1,9			
Alimentação	2,9			
Outros serviços prestados às famílias	2,8			
Serviços de informação e comunicação	6,4	-2,3	5,3	4,7
Serviços de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC)	6,0			
Telecomunicações	2,1			
Serviços de Tecnologia da Informação	9,9			
Serviços audiovisuais, de edição e agências de notícias	10			
Serviços profissionais administrativos e complementares	1,6	-7,6	3,4	4,8
Serviços técnico-profissionais	4,9			
Serviços administrativos e complementares	-0,9			
Aluguéis não imobiliários	-3,3			
Serviços de apoio às atividades empresariais	-0,1			
Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio	-0,1	-3,4	-3,1	-1,9
Transporte terrestre	2,2			
Rodoviário de cargas	2,5			
Rodoviário de passageiros	3,0			
Outros segmentos do transporte terrestre	0,2			
Transporte aquaviário	-4,7			
Transporte aéreo	-3,1			
Armazenagem, serviços auxiliares aos transportes e correio	-2,9			
Outros serviços	1,2	-10,7	-4,1	-9,4
Esgoto, gestão de resíduos, recuperação de materiais e descontaminação	0,1			
Atividades auxiliares dos serviços financeiros	2,3			
Atividades imobiliárias	-1,4			
Outros serviços não especificados anteriormente	-2,5			
Total	2,2	-5,1	-0,1	0,1

Fonte: IBGE. Elaboração: NUPE/UNIFOR.

Nota (1): Variação acumulada de janeiro/2026 a abril/2026 (Base: igual período do ano anterior).

Nota (2): O IBGE não divulga as variações do volume de serviços para as subatividades estaduais.

Os serviços profissionais, administrativos e complementares avançaram 1,6% no País, pressionados pelo recuo do grupo de serviços administrativos, ao passo que os transportes praticamente se estabilizaram (-0,1%), em resultado que combinou a alta do transporte terrestre (+2,2%) com a forte retração do transporte aéreo (-3,1%). O agregado de “outros serviços” cresceu 1,2%, revertendo o desempenho negativo observado no início do ano.

No recorte estadual, o cenário é marcadamente heterogêneo e mais desfavorável que o nacional. O Ceará registrou a retração mais intensa, de 5,1% no total, pressionado pelos recuos em outros serviços (-10,7%), nos serviços profissionais e administrativos (-7,6%), nos transportes (-3,4%) e nos serviços prestados às famílias (-3,3%). Pernambuco apresentou leve queda de 0,1%, com crescimento dos serviços de informação e comunicação (+5,3%) insuficiente para compensar as perdas nos demais grupos. A Bahia ficou praticamente estável (+0,1%), sustentada pela informação e comunicação (+4,7%) e pelos serviços profissionais (+4,8%), apesar dos recuos em outros serviços (-9,4%) e nos serviços prestados às famílias (-3,0%).

Em síntese, o crescimento do setor de serviços no Brasil permanece associado à digitalização e às atividades de tecnologia e comunicação, principais vetores de dinamismo do período. A retração do transporte aéreo e do alojamento sinaliza fragilidade nas atividades ligadas ao turismo e às viagens, enquanto o desempenho negativo nos estados nordestinos analisados – em especial no Ceará – aponta para uma desaceleração regional mais acentuada, com potenciais repercussões sobre o emprego e o investimento.

A Atividade do Comércio

O comércio varejista apresentou crescimento de 2,4% no Brasil no acumulado do ano até março de 2026, desempenho superado pelos estados nordestinos analisados. Pernambuco liderou a expansão, com expressivo avanço de 12,9%, seguido por Ceará e Bahia, ambos com 4,5%. O segmento de hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo foi um dos principais motores desse resultado, sobretudo em Pernambuco, onde o subgrupo de hipermercados e supermercados avançou 27,9%, ante crescimento mais moderado de 0,4% no Ceará.

Tabela 4 - Variação (%) do volume de vendas do comércio e atividades - Brasil e Estados selecionados - Acumulado no ano até abril de 2026⁽¹⁾.

Comércio e atividades	Brasil	Ceará	Pernambuco	Bahia
Comércio varejista	2,4	4,5	12,9	4,5
Combustíveis e lubrificantes	2,5	6,3	-5,9	8,2
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	1,8	3,0	23,6	4,4
Hipermercados e supermercados	1,8	0,4	27,9	6,0
Tecidos, vestuário e calçados	-0,4	0,6	-3,1	-15,1
Móveis e eletrodomésticos	3,9	3,1	7,5	6,4
Móveis	-3,4	-1,0	0,9	0,4
Eletrodomésticos	6,8	6,9	9,6	11,4
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	4,8	8,9	0,9	3,7
Livros, jornais, revistas e papelaria	-0,7	-3,1	14,3	-11,2
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	9,6	-12,8	20,8	-0,1
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	2,8	11,3	13,6	7,5
Comércio varejista ampliado	1,9	5,0	10,8	5,3
Veículos, motocicletas, partes e peças	0,5	8,1	8,1	-2,3
Material de construção	-1,0	-9,2	-1,3	2,2
Atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo	3,4	12,7	10,0	20,9

Fonte: IBGE. Elaboração: NUPE/UNIFOR.

Nota: (1) Variação acumulada de janeiro/2026 a abril/2026 (Base: igual período do ano anterior).

No Ceará, destacaram-se positivamente o atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo (+12,7%), os outros artigos de uso pessoal e doméstico (+11,3%) e os artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (+8,9%), além dos eletrodomésticos (+6,9%), que superaram ligeiramente a média nacional (+6,8%). No comércio varejista ampliado, o estado cresceu 5,0%, acima do resultado brasileiro (+1,9%), impulsionado pelo segmento de veículos, motocicletas, partes e peças (+8,1%).

Em contrapartida, alguns segmentos mantiveram trajetória desfavorável. No Ceará, o material de construção recuou 9,2% – resultado inferior ao nacional (-1,0%) – e os equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação caíram 12,8%, em contraste com a alta de 9,6% registrada no Brasil. Os segmentos de livros, jornais, revistas e papelaria (-3,1%) e de móveis (-1,0%) também operaram em campo negativo no estado, enquanto, na Bahia, tecidos, vestuário e calçados registraram forte retração de 15,1%.

De forma geral, os resultados indicam que o comércio manteve trajetória positiva nos estados analisados no primeiro trimestre de 2026, ainda que com intensidades distintas entre os segmentos. Pernambuco apresentou crescimento mais disseminado entre as atividades, ao passo que Ceará e Bahia, embora superando a média nacional, registraram desempenho mais moderado. A atividade comercial cearense segue sustentada pelo consumo de bens de uso pessoal, por produtos farmacêuticos e pelo comércio atacadista de alimentos, enquanto a persistência de resultados negativos na construção civil e na tecnologia evidencia desafios que ainda limitam um crescimento mais homogêneo entre as atividades do setor.

O MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL, NORDESTE E CEARÁ

O mercado de trabalho formal manteve trajetória de expansão no início de 2026, ainda que em ritmo moderado na margem. Em abril de 2026, o Brasil registrou saldo positivo de 86 mil postos – resultado de 2,27 milhões de admissões frente a 2,18 milhões de desligamentos –, desaceleração em relação aos saldos de fevereiro (269 mil) e março (228 mil). Esse arrefecimento sucede a forte retração sazonal de dezembro de 2025, quando o saldo foi negativo em 632 mil vagas (-1,32%), reflexo do encerramento de contratos temporários, sobretudo no varejo, e do maior volume de desligamentos no fim do ano.

No acumulado de 2026 (janeiro a abril), o Brasil somou saldo de 700 mil postos de trabalho, variação de 1,48% sobre o estoque. No acumulado dos últimos 12 meses, o saldo alcançou 1,061 milhão de vagas, crescimento de 2,25%, o que confirma a continuidade da expansão do emprego formal apesar das oscilações mensais.

A região Nordeste acompanhou o padrão nacional, com saldos positivos na maior parte do período e recuo sazonal em dezembro de 2025 (-62 mil vagas; -0,78%). O início de 2026 mostrou recuperação gradual, e o acumulado do ano alcançou 70 mil postos (variação de 0,89%). No acumulado dos últimos 12 meses, o saldo somou 334 mil vagas, com crescimento de 4,31%, desempenho proporcionalmente superior ao agregado nacional (2,25%).

No Ceará, o mercado de trabalho formal manteve-se integralmente positivo no primeiro quadrimestre de 2026, com saldo de 4 mil postos em abril (57 mil admissões e 53 mil desligamentos), após abertura mais tímida em janeiro (1 mil vagas). No acumulado do ano, o estado registrou saldo de 17 mil vagas (variação de 1,13%). No acumulado dos últimos 12 meses, o Ceará apresentou saldo de 54 mil empregos formais, crescimento de 3,79% – desempenho consistente, ligeiramente inferior ao do Nordeste (4,31%), porém bastante superior à média nacional (2,25%).

De forma geral, os três recortes geográficos compartilham um padrão comum: criação de empregos na maior parte do ano, forte queda sazonal em dezembro e pronta recuperação no início do novo ano. As diferenças aparecem na intensidade dessas variações – tanto o Nordeste quanto o Ceará, na janela acumulada de 12 meses, cresceram proporcionalmente mais do que o Brasil, sinalizando dinamismo regional relevante e reforçando a importância de políticas ativas de emprego e de um ambiente favorável ao investimento produtivo na região.

Tabela 5 - Evolução mensal de admissões, desligamentos e saldo - Brasil, Nordeste e Ceará (mil pessoas) - fevereiro/2025 a fevereiro/2026 ⁽¹⁾.

Período	Brasil				Nordeste				Ceará			
	Adm.	Deslig.	Sald.	Var.%(²)	Adm.	Deslig.	Sald.	Var.%	Adm.	Deslig.	Sald.	Var.%
abr-25	2.325,0	2.086,0	238,0	0,51	324,0	278,0	46,0	0,60	57,0	48,00	9,0	0,67
mai-25	2.283,0	2.130,0	153,0	0,33	330,0	281,0	49,0	0,64	57,0	51,0	6,0	0,43
jun-25	2.168,0	2.007,0	162,0	0,34	302,0	266,0	36,0	0,46	57,0	49,0	7,0	0,54
jul-25	2.271,0	2.136,0	134,0	0,28	327,0	286,0	41,0	0,53	61,0	54,0	8,0	0,56
ago-25	2.262,0	2.109,0	153,0	0,32	343,0	287,0	56,0	0,73	61,0	55,0	7,0	0,5
set-25	2.307,0	2.093,0	214,0	0,45	353,0	279,0	74,0	0,95	63,0	53,0	10,0	0,76
out-25	2.295,0	2.201,0	94,0	0,20	333,0	298,0	35,0	0,45	59,0	56,0	4,0	0,26
nov-25	1.995,0	1.912,0	83,0	0,17	290,0	255,0	35,0	0,44	51,0	46,0	6,0	0,40
dez-25	1.535,0	2.167,0	-632,0	-1,32	221,0	283,0	-62,0	-0,78	37,0	48,0	-11,0	-0,80
jan-26	2.245,0	2.128,0	117,0	0,25	306,0	296,0	10,0	0,13	55,0	55,0	1,0	0,06
fev-26	2.415,0	2.147,0	269,0	0,57	312,0	297,0	14,0	0,18	56,0	51,0	5,0	0,34
mar-26	2.548,0	2.320,0	228,0	0,48	347,0	320,0	27,0	0,34	61,0	54,0	7,0	0,48
abr-26	2.269,0	2.183,0	86,0	0,2	318,0	299,0	19,0	0,2	57,0	53,0	4,0	0,3
Acum. do Ano	9.477,0	8.778,0	700,0	1,5	1.283,0	1.212,0	70,0	0,9	229,0	213,0	17,0	1,1
Acum. dos últimos 12 meses	26.593,0	25.533,0	1.061,0	2,3	3.782,0	3.447,0	334,0	4,3	675,0	625,0	54,0	3,8

Fonte: Novo Caged - SEPRT/ME (2024). Elaboração: NUPE/UNIFOR. Notas: (1) Dados do Novo Caged com ajuste para 2025 e 2026. (2) A variação mensal do emprego toma como referência o estoque do mês anterior, sem ajustes.

O COMÉRCIO EXTERIOR NO BRASIL, NORDESTE E CEARÁ

A análise da balança comercial em maio de 2026 e seus diferentes recortes temporais revela dinâmicas heterogêneas entre o Brasil, o Nordeste e o Ceará. No âmbito nacional, o País manteve desempenho majoritariamente positivo: apesar da leve retração das exportações no mês de maio (-3,8%, totalizando US\$ 27,7 bilhões) e do avanço de 5,2% das importações (US\$ 23,9 bilhões), que reduziram o saldo mensal a US\$ 3,8 bilhões (-37,6%), o Brasil sustentou posição superavitária. No acumulado do ano, as exportações cresceram 6,2% (US\$ 139,5 bilhões) e o saldo avançou 23,2%, atingindo US\$ 24,7 bilhões. No acumulado de 12 meses, o superávit alcançou US\$ 76,4 bilhões e a corrente comercial expandiu-se 10,1%, evidenciando a resiliência do setor externo brasileiro, ainda que o forte crescimento das importações nessa base (+16,9%) venha reduzindo o saldo na comparação de 12 meses (-23,2%).

A região Nordeste apresentou maior pressão sobre suas contas externas. Em maio de 2026, as exportações recuaram 21,2% (US\$ 1,7 bilhão) e as importações avançaram 16,5% (US\$ 2,4 bilhões), resultando em déficit comercial de US\$ 692,4 milhões no mês. No acumulado do ano, as exportações caíram 7,1% e o déficit alcançou US\$ 1,96 bilhão. Ainda assim, na perspectiva de 12 meses, a região mostrou relativa estabilidade, com leve crescimento das exportações (+0,34%) e da corrente comercial (+0,81%).

O Ceará evidenciou comportamento de forte ajuste no curto prazo, em contraste com resultados favoráveis no horizonte mais longo. Em maio de 2026, as exportações recuaram 66,7% (US\$ 89,9 milhões) e a corrente comercial do mês contraiu-se 38,4%, ampliando o déficit mensal para US\$ 124,8 milhões. Os dados agregados, contudo, revelam dinâmica positiva: no acumulado do ano, as exportações cresceram 8,5% (US\$ 835,8 milhões), enquanto, no acumulado de 12 meses, registraram salto de 36,4% (US\$ 2,35 bilhões) — acompanhado de queda de 17,5% nas importações —, o que reduziu o déficit comercial em 86,3%, para US\$ 184,3 milhões.

O contraste entre o resultado mensal e os acumulados do Ceará constitui um dos pontos mais relevantes desta edição, sugerindo que o fraco desempenho de maio representa uma variação pontual, e não uma reversão da trajetória positiva verificada ao longo do período. De maneira geral, os dados indicam que o Brasil mantém posição sólida e superavitária no comércio exterior, enquanto o Nordeste

e o Ceará enfrentam desafios estruturais relacionados à dependência de importações e à instabilidade das exportações, o que reforça a importância de políticas voltadas à diversificação produtiva, ao aumento da competitividade internacional e ao fortalecimento das cadeias exportadoras regionais.

Tabela 6 - Volume de exportações, importações, saldo e corrente da balança comercial (R\$ milhões) - Brasil, Nordeste e Ceará ⁽¹⁾.

País, Região e Estado	Exportações		Importações		Saldo		Corrente Comercial	
	US\$ Milhões	Var. %	US\$ Milhões	Var. %	US\$ Milhões	Var. %	US\$ Milhões	Var. %
Brasil								
Maio de 2026	27.693,7	-3,8	23.889,7	5,2	3.804,0	-37,6	51.583,5	0,2
Acumulado do Ano	139.477,3	6,2	114.824,4	3,2	24.652,9	23,2	254.301,7	4,8
Acumulado 12 meses	360.165,0	5,2	283.762,5	16,9	76.402,5	-23,2	643.927,5	10,1
Nordeste								
Maio de 2026	1.736,0	-21,2	2.428,4	16,5	-692,4	-692,8	4.164,4	-2,9
Acumulado do Ano	9.394,0	-7,1	11.350,8	0,7	-1.956,8	-68,8	20.744,7	-3,0
Acumulado 12 meses	24.530,7	0,34	27.245,1	1,2	-2.714,5	0,1	51.775,8	0,81
Ceará								
Maio de 2026	89,9	-66,7	214,7	-4,5	-124,8	-377,3	304,5	-38,4
Acumulado do Ano	835,8	8,5	1.092,8	-7,9	-257,0	38,3	1.928,6	-1,5
Acumulado 12 meses	2.350,0	36,4	2.534,4	-17,49	-184,3	-86,33	4.884,4	1,9

Fonte: MDIC/SECEX. Elaboração: NUPE/UNIFOR.

Nota: (1) As variações do acumulado do ano e do acumulado dos 12 meses referem-se a comparações com o mesmo período do ano anterior e com o período imediatamente anterior, respectivamente.

Autores:

André Oliveira Nogueira
 Caio Rocha Antunes Silveira
 Caua Souza da Cunha Teófilo
 Cauã Mendes Carvalho
 Daniel Antônio Mello de Assis
 Daniel Bezerra da Costa
 Daniel Santiago Mourão Filho
 Danilo Pinheiro Aires
 Davi Campos Sobral
 Felipe Baquit Melo Glasner
 Gabriel Gomes Teixeira
 Giselly Leocadio Da Silva
 Guilherme Gonçalves Brito
 Jaize da Costa Candido
 Julio Cesar Freire Barreto Lima
 Lucca Fuckner Cardoso
 Mariana Cristina Amorim Campos de Olivei
 Marina Rocha Damasceno
 Pedro Corrêa de Castro
 Raquel Sousa Silva
 Zion Jose Aguiar Lopes

